

Tratado da União de Fato

TRATADO DE LA UNIÓN DE HECHO

2021

Coordenadores

Regina Beatriz Tavares da Silva

Atalá Correia

Alicia García de Solavagione

TRATADO DA UNIÃO DE FATO/ TRATADO DE LA UNIÓN DE HECHO

ANGOLA | ARGENTINA | BRASIL | CHILE | COLÔMBIA | ESPANHA | PERU | PORTUGAL |
URUGUAI – ESTUDOS EM PORTUGUÊS E ESPANHOL

© Almedina, 2021

COORDENAÇÃO: Regina Beatriz T. da Silva, Atalá Correia e Alicia García de Solavagione

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9786556272047

Abril, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tratado da união de fato = tratado de la unión de
hecho / coordenação Regina Beatriz T. da Silva
. Atalá Correia , Alicia García de Solavagione.
1. ed. -- São Paulo : Almedina, 2021.

ISBN 978-65-5627-204-7

1. Casamento 2. Direito 3. Direito de família
Legislação - Brasil I. Silva, Regina Beatriz T. da.
II. Correia, Atalá. III. Solavagione, Alicia García de.

21-56080

CDU-347.6(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito de família : Direito civil 347.6(81)

Aline Grazele Benitez Bibliotecária - CRB-1/3129

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO/SUMARIO

APRESENTAÇÃO	19
PRESENTACIÓN	23
1. UNIÃO FAMILIAR DE FATO E SEU ESTUDO COMPARATÍSTICO . . .	39
Introdução	39
Dilemas da regulação da união de fato	40
O cenário brasileiro: vantagens e desvantagens	43
A comparação	53
Conclusões	60
Referências	61
1. UNIÓN FAMILIAR DE HECHO Y SU ESTUDIO COMPARATIVO	63
Introducción	63
Dilemas de regulación de la unión de hecho	64
El escenario brasileño: ventajas y desventajas	67
La comparación	78
Conclusiones	85
Referencias	86
1. ÁFRICA	89
ANGOLA	91
1. UNIÃO DE FACTO EM ANGOLA	93
Introdução	93

TRATADO DA UNIÃO DE FATO

1. A união de Facto e a Constituição	93
2. Formas do reconhecimento das uniões de facto	95
3. O Direito Consuetudinário e o Casamento	95
4. Características Gerais da União de Facto em Angola	97
Conclusão	102
1. UNIÓN DE HECHO EN ANGOLA	103
Introducción	103
1. La Unión de Hecho y la Constitución.	103
2. Formas de reconocimiento de las uniones de hecho	105
3. Derecho consuetudinario y el matrimonio o casamiento	106
4. Características generales de la Unión de hecho en Angola.	107
Conclusión	112
2. AMÉRICA DO SUL	113
ARGENTINA.	115
1. UNIÓN CONVIVENCIAL EN LA REPÚBLICA ARGENTINA	117
Introducción. Silencio legislativo.	117
1. Su regulación	118
2. Existencia de dos tipologías de uniones convivenciales	122
3. Efectos de la unión convivencial durante la convivencia	123
4. En resumen, en Argentina, el concubinato	124
5. Cese de la unión convivencial	124
6. Compensación económica	125
7. Breve análisis de la legislación en la República Federativa de Brasil.	132
Algunas reflexiones	134
Referencias.	139
1. UNIÃO CONVIVENCIAL NA REPÚBLICA ARGENTINA.	141
Introdução. Silêncio legislativo	141
1. Sua regulação	142
2. Existência de dois tipos de uniões de convívio	146
3. Efeitos da união convivencial durante a convivência.	147
4. Em suma, na Argentina, o concubinato	148
5. Cessaçao da união convivencial	148
6. Compensação financeira	149
7. Breve análise da legislação na República Federativa do Brasil	156

Algumas reflexões.	158
Referências.	163
2. UNIONES CONVIVENCIALES	165
Introducción y objetivos	165
1. Nociones generales de la “Unión Convivencial”	167
2. Similitudes y diferencias entre uniones heterosexuales y homosexuales.	167
2. UNIÕES CONVIVENCIAIS.	187
Introdução e objetivos	187
1. Noções Gerais da União Convivencial	189
2. Semelhanças e diferenças entre uniões heterossexuais e homossexuais.	189
3. AMANCEBAMIENTOS Y AMISTADES ILÍCITAS EN LOS CONTEXTOS FAMILIARES INDIANOS DEL ÚLTIMO CUARTO DEL SIGLO XVIII EN CÓRDOBA DEL TUCUMÁN.	207
1. La experiencia americana	207
2. El amor en los tiempos sigilosos.	212
3. ¡Ay, estos pesares del control!	233
4. Las voces de las mujeres en el Siglo XVIII.	244
3. RELAÇÕES DE MANCEBIA E AMIZADES ILÍCITAS NOS CONTEXTOS FAMILIARES INDÍGENAS DO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XVIII EM CÓRDOBA DEL TUCUMÁN.	255
Nota explicativa em português:	255
BRASIL	257
1. A UNIÃO DE FATO “DURADOURA” – EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO.	259
Referências.	271
1. LA UNIÓN DE HECHO “DURADERA” – EN BUSCA DEL TIEMPO PERDIDO.	273
Referências.	285
2. UNIÃO ESTÁVEL NO DIREITO BRASILEIRO	287

TRATADO DA UNIÃO DE FATO

Introdução	287
1. Evolução histórica e noções gerais do instituto	287
2. Natureza jurídica da união estável.	291
3. Requisitos para a configuração da união estável	292
4. União estável e namoro qualificado – uma diferenciação.	294
5. União estável e concubinato – uma diferenciação	297
6. Efeitos da união estável: direitos e deveres dos companheiros.	301
7. União estável em outros sistemas	305
Conclusão	308
Referências.	308
2. UNIÓN ESTABLE EN EL DERECHO BRASILEÑO.	311
Introducción	311
1. Evolución histórica y nociones generales del instituto.	311
2. Naturaleza jurídica de la unión estable.	315
3. Requisitos para una configuración de la unión estable	316
4. Unión estable y enamoramiento calificado – una diferenciación	318
5. Unión estable y concubinato – una diferenciación.	321
6. Efectos de la unión estable: derechos y deberes de los compañeros	325
7. Unión estable en otros sistemas	329
Conclusión	332
Referencias.	333
3. UNIÃO DE FATO E DIREITO SUCESSÓRIO: O ART. 1.790 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO	335
1. O reconhecimento da união de fato pelo texto constitucional de 1988.	335
2. A tentativa legislativa de apreender um fato que não quer adentrar no mundo jurídico	339
3. A declaração de inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil.	344
4. O direito sucessório dos companheiros de 2002 a 2017.	350
5. A possível concorrência sucessória entre o cônjuge e o companheiro.	356
6. O direito sucessório dos companheiros após 2017	360
7. Primeiras conclusões.	364
Referências.	366
3. UNIÓN DE HECHO Y DERECHO SUCESORIO: ART. 1.790 DEL CÓDIGO CIVIL BRASILEÑO.	369
1. El reconocimiento de la unión de hecho por el texto constitucional de 1988	369

2. El intento legislativo de tomar un hecho que no quiere entrar en el mundo jurídico	373
3. La declaración de inconstitucionalidad del art. 1.790 del Código Civil. .	378
4. El Derecho Sucesorio de los compañeros de 2002 a 2017	383
5. La posible concurrencia sucesoria entre el cónyuge y el compañero/a . .	390
6. El derecho sucesorio de los compañeros después de 2017	394
7. Primeras conclusiones	397
Referencias	400
4. UNIÃO ESTÁVEL NA CONSTITUIÇÃO.	403
4. UNIÓN ESTABLE EN LA CONSTITUCIÓN	411
5. A FROUXIDÃO DOS REQUISITOS DA UNIÃO ESTÁVEL E A EQUIPARAÇÃO DE SEUS EFEITOS AOS DO CASAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO	419
1. A história legislativa dos requisitos da união de fato no Direito brasileiro.	419
2. A insegurança jurídica da união estável: requisitos frouxos e efeitos robustos.	423
3. Efeitos da união estável na dissolução em vida	425
4. Declaração de namoro.	427
5. Outras mazelas causadas pela frouxidão dos requisitos legais da união estável: o chamado “poliamor” e as tentativas de sua institucionalização	431
6. Quando se iniciam os efeitos da união estável diante dos requisitos previstos em lei?	438
7. Ideias desconformes à situação fática da união estável: estado civil de conviventes e presunção da paternidade.	439
8. Natureza fática da união estável e vantagens do respectivo pacto escrito	440
9. União estável e regime da separação obrigatória de bens.	441
10. Efeitos da dissolução por morte na união estável	443
Considerações finais no Direito brasileiro	448
Referências	448
5. LA LAXITUD DE LOS REQUISITOS DE LA UNIÓN ESTABLE Y LA EQUIPARACIÓN DE SUS EFECTOS A LOS DEL MATRIMONIO EN EL DERECHO BRASILEÑO	451

TRATADO DA UNIÃO DE FATO

1. La historia legislativa de los requisitos de la unión de facto en el derecho brasileño.	451
2. La inseguridad jurídica de la unión estable: requisitos débiles y efectos robustos	455
3. Efectos de la unión estable en la disolución en la vida.	457
4. Declaración de “enamoramiento” o “noviazgo”	459
5. Otros males causados por la debilidad de los requisitos legales de la unión estable: el llamado “poliamor” y los intentos de su institucionalización	464
6. ¿Cuándo comienzan los efectos de la unión de hecho frente a los requisitos previstos por ley?	471
7. Ideas en desconformidad con la situación de hecho de la unión estable: estado civil de los convivientes y presunción de paternidad	472
8. Carácter factico de la unión de hecho y las ventajas del respectivo pacto	473
9. Unión estable y régimen de la separación obligatoria de bienes.	474
10. Efectos de la disolución por muerte en la unión de hecho	477
Consideraciones finales en el Derecho Brasileño	481
Referencias.	482
CHILE	485
1. EL ACUERDO DE UNIÓN CIVIL DEL DERECHO DE FAMILIA CHILENO. EN ESPECIAL DE LA RESPONSABILIDAD CIVIL POR DAÑOS CAUSADOS AL CONVIVIENTE CIVIL Y DE SU UTILIZACIÓN COMO MEDIO DE FRAUDE A LA LEY.	487
Introducción	487
1. Disciplina general del acuerdo de unión civil	488
2. Legitimación activa	497
3. El acuerdo de unión civil como un instrumento de fraude a la ley	501
Conclusiones.	503
Referencias.	504
1. O ACORDO DA UNIÃO CIVIL DO DIREITO DE FAMÍLIA CHILENO. EM PARTICULAR, A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS À CONVIVENTE E SEU USO COMO MEIO DE FRAUDE À LEI	507
Introdução	507
1. Disciplina geral do acordo de união civil	508

2. O acordo da União Civil como instrumento de fraude da lei	520
Conclusões	523
Referências	524
2. ANÁLISIS CRÍTICO DEL RÉGIMEN LEGAL CONTENIDO	
EN LA LEY 20.830 QUE CREA EL ACUERDO DE UNIÓN CIVIL	525
Introducción	525
1. Situación de las uniones convivenciales antes de la Ley 20.830	526
2. La necesidad de regulación y el estatuto familiar como respuesta.	
Crisis de identidad del AUC	529
3. Caracterización de la figura.	531
4. Efectos del Acuerdo de Unión Civil	537
5. Tensiones y desafíos	539
Conclusiones.	543
Referencias.	544
2. ANÁLISE CRÍTICA DO REGIME JURÍDICO CONTIDO	
NA LEI 20.830 QUE CRIA O ACORDO DA UNIÃO CIVIL	545
Introdução	545
1. Situação das uniões convivenciais antes da Lei 20.830.	546
2. A necessidade de regulamentação e o status familiar como resposta.	
Crise de identidade do AUC	549
3. Caracterização do instituto	551
4. Efeitos do Acordo da União Civil	556
5. Tensões e desafios	558
Conclusões	562
Referências	563
COLÓMBIA	565
1. DE LA UNIÓN MARITAL AL “MATRIMONIO DE HECHO”:	
DESARROLLO LEGAL Y JURISPRUDENCIAL EN COLOMBIA	567
Introducción	567
1. Primer momento: los antecedentes de la “Unión marital de hecho”	568
2. Segundo momento: la legalización de la unión de hecho y su	
incorporación constitucional	574
3. Tercer momento: la unión marital de hecho y su asimilación con el	
matrimonio	582
4. A manera de conclusión	602

TRATADO DA UNIÃO DE FATO

1. DA UNIÃO CONJUGAL AO “CASAMENTO DE FATO”: DESENVOLVIMENTO JURÍDICO E JURISPRUDENCIAL NA COLÔMBIA	605
Introdução	605
1. Primeiro momento: os antecedentes da “união conjugal de fato”	607
2. Segundo momento: a legalização da união de fato e sua incorporação constitucional	612
3. Terceiro momento: união conjugal de fato e sua assimilação com o casamento.	620
4. A modo de conclusão	639
 PERU	 643
1. LA UNIÓN DE HECHO EN EL DERECHO PERUANO	645
Introducción	645
1. El Principio Constitucional del Reconocimiento de la Unión de Hecho	647
2. El Desarrollo Constitucional en el Código Civil de 1984	650
3. Efectos Jurídicos de la Unión de Hecho	
4. Derechos Sucesorios del Conviviente	
5. La Filiación de los Hijos Provenientes de la Unión de Hecho	
6. La Adopción por Parejas no Matrimoniales	
7. Formas de Terminación de la Unión de Hecho	
Conclusiones.	
Referencias.	
 1. A UNIÃO DE FATO NO DIREITO PERUANO	 667
Introdução	667
1. O Princípio Constitucional do Reconhecimento da União de Fato	669
2. Desenvolvimento Constitucional no Código Civil de 1984	672
3. Efeitos Legais da União de Fato	676
4. Direitos Sucessórios do Convivente	678
5. Filição dos Filhos Provenientes das Uniões de Fato.	682
6. Adoção por casais não-matrimoniais	683
7. Formas de Término da União de Fato.	684
Conclusões	685
Referências.	686

2. APORTES HISTÓRICOS Y JURÍDICOS PARA UNA COMPRESIÓN DE LA UNIÓN DE HECHO EN EL PERÚ	687
Introducción	687
1. Del servinacuy al Ayllu en el Derecho Pre hispano.	688
2. Unión de hecho y matrimonio en el actual Derecho Peruano	689
Conclusión	699
Referencias.	700
2. CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS E LEGAIS PARA O ENTENDIMENTO DA UNIÃO DE FATO NO PERU	703
Introdução	703
1. De Servinacuy a Ayllu no Direito Pré-Hispânico	704
2. União de fato e casamento na atual lei peruana.	705
Conclusão	715
Referências.	715
URUGUAI.	719
1. LA UNIÓN CONVIVENCIAL EN URUGUAY Y SUS DIFERENCIAS CON EL MATRIMONIO.	721
Introducción	721
1. La regulación legal de la Unión de hecho en el Uruguay: ¿Acierto u error?	724
2. Matrimonio, Unión concubinaría y uniones de hecho.	726
3. Principales temas de la Unión convivencial en Uruguay y sus diferencias con el matrimonio	731
4. En conclusión.	736
1. A UNIÃO CONVIVENCIAL NO URUGUAI E SUAS DIFERENÇAS EM RELAÇÃO AO MATRIMÔNIO	739
Introdução	739
1. A regulação legal da união de fato no Uruguai: acerto ou erro?	742
2. Matrimônio, união concubinária e uniões de fato	744
3. Principais problemas da união convivencial no Uruguai e suas diferenças para com o matrimônio	748
Conclusão	753

TRATADO DA UNIÃO DE FATO

3. EUROPA	755
ESPAÑA	757
1. LA SITUACIÓN JURÍDICA DE LAS PAREJAS DE HECHO EN ESPAÑA	759
1. A SITUAÇÃO LEGAL DOS CASAIS DE FATO NA ESPANHA	775
PORTUGAL	789
1. NOTAS SOBRE A UNIÃO DE FACTO EM PORTUGAL	791
Introdução	791
1. Noção	793
2. Deveres familiares	794
3. Monogamia	796
4. Hetero e homossexualidade	804
5. Aspetos patrimoniais	805
6. Proteção da casa de morada da família em caso de rutura.	809
7. Proteção da casa de morada da família em caso de morte	811
8. Direito de alimentos	812
9. Ausência de direitos sucessórios.	815
10. Direitos no domínio do direito do trabalho, direito da segurança social e direito fiscal	818
11. Prestações alimentícias derivadas de regimes de proteção social	819
Conclusão	820
1. NOTAS SOBRE LA UNIÓN DE HECHO EN PORTUGAL.	823
Introducción	823
1. Noción	825
2. Deberes familiares	827
3. Monogamia	828
4. Sexualidad hetero y homosexual	837
5. Aspectos patrimoniales	838
6. Protección de la residencia familiar en caso de ruptura	842
7. Protección de la residencia familiar en caso de muerte	844
8. Derecho de alimentos	845
9. Ausencia de sucesión en el derecho.	848

10. Derechos en el ámbito del derecho laboral, derecho de la seguridad social y derecho tributario	851
11. Beneficios alimentarios derivados de los regímenes de protección social.	852
Conclusión	853
2. DESENHO LEGAL DA UNIÃO DE FACTO EM PORTUGAL: DO REGIME EM VIDA AO ESTATUTO SUCESSÓRIO DO UNIDO DE FACTO SOBREVIVO	855
1. Notas iniciais	855
2. Breve evolução histórica da união de facto em Portugal.	856
3. A constituição da união de facto e o seu regime em vida das partes.	859
4. Estatuto sucessório do unido de facto sobrevivivo no direito português	865
5. Notas finais	870
Referências	871
2. DISEÑO JURÍDICO DE LA UNIÓN DE HECHO EN PORTUGAL: DEL RÉGIMEN EN VIDA AL ESTATUTO DE SUCESIÓN DEL UNIDO DE HECHO SUPERVIVIENTE.	873
1. Notas iniciais	873
2. Breve evolución histórica de la unión de hecho en Portugal	874
3. El establecimiento de la unión de hecho y su régimen en vida de las partes	877
4. Estatuto sucesorio del unido de hecho sobreviviente en el derecho portugués	884
5. Notas finales.	889
Referencias	890